



Boletim informativo

Curitiba, 06 de julho de 2012.

Nesta edição

1. Número de expedientes	1
2. Posse de 19 novos juízes substitutos	2
3. Justiça se aprende na escola	2
4. Entrega de aeronave	3
5. Prazo prescricional nos processos administrativos	3
6. Juiz do CNJ visita o Paraná	4
7. Mutirão de armas	4
8. Comissão de Tecnologia das Corregedorias se reúne pela primeira vez	5
9. Reorganização das Seções Judiciárias	5
10. Nova tabela de custas dos atos dos Oficiais de Justiça	5
11. Alvará de soltura causa impacto favorável	6
12. Alteração na competência das Varas de Família	6
13. Saúde mental do magistrado	6
14. Valorização da Magistratura – I	7
15. Presidente da Comissão Permanente de Segurança expede Portaria	8
16. Qualidade de vida	8
17. Juiz paranaense é convocado para o CNJ	8
18. Ouvidoria divulga relatório de atividades	9
19. Conhecendo a Corregedoria	9
20. Calendário de Correições	10

Mensagem da Corregedoria-Geral da Justiça

Caro colega,

Temos a honra de repassar informações sobre alguns fatos relevantes acontecidos no mês último, e outros previstos para o mês corrente.

Atenciosamente,

Noeval de Quadros
Corregedor-Geral

Lauro Augusto Fabrício de Melo
Corregedor da Justiça

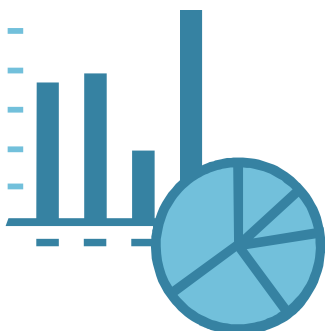
*“Se ageres contra a justiça e eu te deixo agir,
então a injustiça é minha.”*

(Mahatma Gandhi)

1. Número de expedientes

Foram atuados na Corregedoria 419 processos novos, no mês de junho. Para o Corregedor-Geral foram distribuídos 891 processos diversos, para manifestação ou voto e para o Corregedor da Justiça, 534. Foram proferidas 788 decisões monocráticas pelo Corregedor-Geral e 236 pelo Corregedor da Justiça.

No Conselho da Magistratura, foram relatados 06 feitos pelo Corregedor da Justiça.



2. Posse de 19 novos juízes substitutos



Sessão solene realizada em 13.06.12, na qual foram empossados 13 novos juízes substitutos, aprovados no último concurso para ingresso na magistratura.

O Presidente Miguel Kfourri deu posse a 13 novos juízes substitutos no dia 13 de junho e no dia 28 a mais 06, cerimônia que aconteceu na sala do Pleno (12º andar) do TJ.

A solenidade contou com a presença de diversas autoridades, magistrados, familiares e amigos dos empossados.

É a seguinte a relação dos candidatos aprovados que tomaram posse no cargo de juiz substituto:

Nome	Seção Judiciária
Débora Cassiano Redmond	59ª de Guaratuba
Maria Silvia Cartaxo Fernandes Luiz	19ª de Arapongas
Guilherme Formagio Kikuchi	35ª de Jacarezinho
Adriano Eyng	24ª de Castro
Rita Lucimeire Machado Prestes	42ª de Paranaíba
Gustavo de Azevedo Marchi	23ª de Campo Mourão
Diego Paolo Barausse	31ª de Ibatí
Ronney Bruno dos Santos Reis	43ª de Pato Branco
Fernanda Consoni	29ª de Goioerê
Carolline de Castro Carrijo	58ª de Porecatu
Camila de Britto Formolo	37ª de Loanda
Eveline Soares dos Santos	44ª de Pitanga
Fábio Luis Decoussau Machado	40ª de Palmas
Phellipe Müller	57ª de Rio Branco do Sul
Sérgio Laurindo Filho	18ª de Apucarana
Renato Henriques Carvalho Soares	32ª de Ibiporã
Pedro de Alcântara Soares Bicudo	39ª de Nova Esperança
Lucas Borges Dias	47ª de Sarandi
Thays Backes Arruda	33ª de Iratí



Sessão solene realizada em 28.06.12, na qual foram empossados 06 novos juízes substitutos, aprovados no último concurso para ingresso na magistratura.

3. Justiça se aprende na escola

O projeto coordenado pelo Des. Ivan Bortoleto, 2ª Vice-Presidente do TJPR prossegue, em Curitiba, com a visita de escolares ao Tribunal e palestras que juízes e servidores fazem às crianças que participam dessas atividades.

Nessa 2ª etapa, o programa, que consiste na implantação de programas de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário que tem o objetivo de divulgar noções básicas sobre o funcionamento e a finalidade da Justiça a alunos da rede pública de ensino do estado, já atendeu mais de dez escolas.



Estudantes da Unidade de Educação Integral Vila Torres visitaram o Tribunal do Júri, onde conversaram com o Desembargador Francisco Pinto Rabello Filho.

4. Entrega de aeronave



A Ministra Eliana Calmon voltou ao Paraná no dia 13 de junho, quando repassou ao Estado um avião bimotor Baron 58, com capacidade para seis pessoas, que será usado em atividades do Judiciário (TJ, TRE e TRT) nos municípios do interior, além de auxiliar o Governo do Estado em ações de segurança pública e saúde.

O Governo ficará responsável pela manutenção e fornecerá hangar e pilotos.

“Aeronaves que antes serviam a atos ilícitos, agora vão atender a sociedade contribuindo não só para uma prestação jurisdicional mais célere, como, por exemplo, para o transporte de órgãos para transplante e de pessoas que necessitam de atendimento hospitalar urgente”, destacou o governador.

Para o presidente do TJPR, desembargador Miguel Kfoury Neto, a aeronave tornará os deslocamentos para municípios do interior menos onerosos, beneficiando os três ramos do Judiciário.

A ideia é que ele auxilie, por exemplo, atividades correicionais nas comarcas, garantindo um atendimento mais efetivo nas varas do interior.

A iniciativa faz parte do programa Espaço Livre, da Corregedoria Nacional de Justiça, que busca remover dos aeroportos todos os aviões que estejam vinculados às massas falidas de empresas aéreas ou que tiverem sido apreendidos em processos criminais, principalmente por tráfico de drogas.

Esta é a 5ª aeronave doada pelo Espaço Livre ao Judiciário brasileiro.



5. Prazo prescricional nos processos administrativos

Em 26 de junho de 2012, entrou em vigor a [Lei Estadual nº 17.201/2012](#), que altera dispositivos legais, elevando para 3 anos o prazo prescricional, em caso de servidores, nas penas leves, e para 5 anos, no caso de infrações graves.

Em qualquer hipótese, a decisão de mérito administrativa passará a ser causa interruptiva da prescrição.

Essa providência, aprovada pelo Órgão Especial, deve reduzir bastante a sensação de impunidade no âmbito das práticas infracionais.

Para a infração praticada por juiz, lembra-se que o prazo prescricional previsto na Resolução nº 135, do CNJ, também é de 05 (cinco) anos, qualquer que seja a penalidade a ser aplicada.

O Corregedor da Justiça, Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo, expediu o [Ofício-Circular nº 55/2012](#) para conhecimento geral sobre o tema.

Confira a lei e o ofício na íntegra clicando nos links acima.



6. Juiz do CNJ visita o Paraná

O Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ, Luciano Losekan, visitou o TJPR no dia 4 de junho. Veio acompanhado da Dra. Taís Ferraz, Juíza Conselheira do CNMP. Juntamente com o Dr. Roberto Negrão, Juiz Auxiliar da Corregedoria, trataram dos altos índices de violência no Paraná, sobretudo na Região Metropolitana de Curitiba. Essa foi a segunda reunião já que a primeira foi no dia 20 de março. Houve entendimento com as Promotorias Criminais e várias medidas foram aprovadas, a seguir elencadas, que serão levadas ao Governador, para prevenção do aumento da criminalidade:

1) criação de núcleos de justiça restaurativa com a capacitação de equipe técnica;

2) implementação e fiscalização das penas e medidas em meio aberto (por exemplo, medidas cautelares e restritivas de direito), com a criação de cargos de agentes de fiscalização;

3) reforço à implementação das APACs e APADS;

4) descentralização do cumprimento de pena em regime semiaberto para os municípios do interior;

5) intervenção do CNJ e do CNMP junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública com vistas à melhoria do sistema de investigação criminal;

6) realização de consórcio entre Estados e municípios, através de parcerias público-privadas, para monitoramento das penas restritivas de direito;

7) articulação entre a rede do SUS e do sistema de Justiça;

8) participação da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, através de convênios com universidades estaduais, para formatação de cursos, programas e metodologias para fins de capacitação;

9) protocolo de intenções entre Governo Estadual, prefeituras e CNJ para previsão de 5% de mão de obra de presos em obras públicas;

10) criação de mostra estadual de boas práticas relativas à segurança pública e à Justiça.



7. Mutirão de armas

Novo cronograma de remessa de armas e munições ao Ministério do Exército, para fins de destruição, foi finalizado pela Assessoria Militar do Gabinete da Presidência do TJPR, em conjunto com a Corregedoria.

No ano passado, mais de 22 mil armas foram recolhidas.

Em 2012, a previsão é de que será recolhido outro número expressivo de armas.



8. Comissão de Tecnologia das Corregedorias se reúne pela primeira vez

Nos dias 05 e 06 de julho próximo, sob os auspícios do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, terão início os trabalhos da Comissão de Tecnologia.

A referida comissão foi criada, recentemente, durante o 59º ENCOGE, realizado em Foz do Iguaçu/PR, com a missão de propor políticas de utilização e uniformização das novas tecnologias, visando prover as Corregedorias de Justiça dos Estados e o primeiro grau de jurisdição de mecanismos voltados para ampliar a eficiência da Justiça.

O encontro terá a participação de Assessores Técnicos de Informática e Juizes Auxiliares das Corregedorias, para permitir a discussão sobre políticas estratégicas em face dessas tecnologias e sua aplicação, baseando-se nas principais metodologias já usadas e aprovadas em alguns Estados.



9. Reorganização das Seções Judiciárias

Com a elevação das dez novas comarcas à entrância final, o Juiz Auxiliar da Corregedoria Vítor Roberto Silva, juntamente com o assessor Alex W. Horta, o Juiz Auxiliar da Presidência Frederico Mendes Jr. e a Diretora da Assessoria de Planejamento, Maria Alice Panizzi, apresentaram um ótimo trabalho de reorganização das Seções Judiciárias do Estado, com várias modificações, gerenciando melhor as necessidades.

A partir da aprovação do projeto, não haverá nenhuma Seção Judiciária em que o Juiz Substituto fique responsável por substituir mais do que 04 juizes titulares.

Logo, será perfeitamente possível ao substituto, no mesmo ano, além de atender as férias dos titulares, também usufruir as suas próprias férias.

Atualmente, é comum numa Seção Judiciária que o Juiz Substituto atenda 08 ou 09 Juizes titulares, dificultando o bom gerenciamento dos serviços.

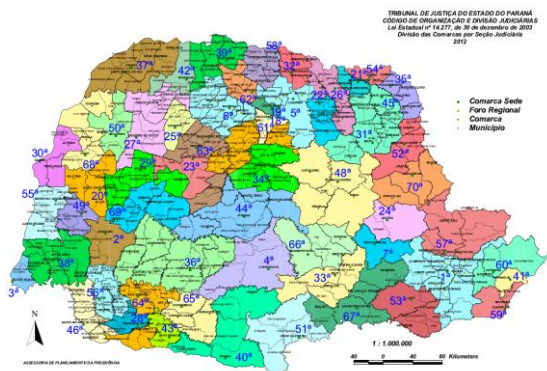
A partir dessas inovações, apenas uma Seção Judiciária terá 05 Varas e outra 06. Nas demais, cada substituto atenderá 04 juizes titulares.

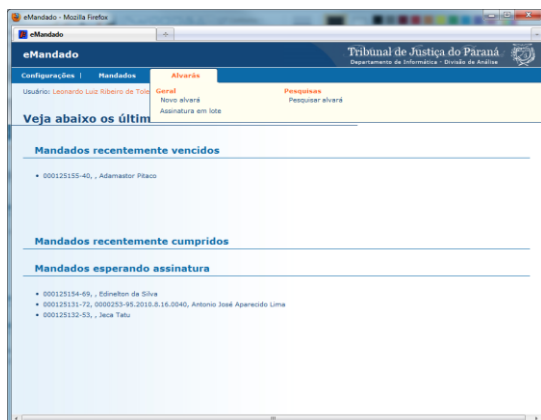
10. Nova tabela de custas dos atos dos Oficiais de Justiça

A Corregedoria expediu a Instrução Normativa nº 2/2012 pela qual atualiza a tabela de custas dos atos dos Oficiais de Justiça e integra a arrecadação – que só pode ser feita por meio de boleto bancário – ao sistema uniformizado do tribunal. A instrução passa a vigorar 30 dias após a sua publicação, que ainda não ocorreu.

*“Deus nos concede, a cada dia,
uma página de vida nova no livro
do tempo. Aquilo que colocamos
nela, corre por nossa conta.”*

(Francisco Cândido Xavier)





11. Alvará de soltura causa impacto favorável

A facilidade de trabalhar com o alvará de soltura eletrônico tem sido objeto de manifestações elogiosas por parte dos juízes.

A partir da assinatura do alvará e da sua comunicação ao departamento competente, bem como do retorno da informação de que o alvará foi cumprido, de regra não se passa mais de uma hora.

A nova ferramenta, além de conferir presteza e segurança ao ato, diminuiu bastante o serviço dos Oficiais de Justiça, que cumpriam esses mandados.

12. Alteração na competência das Varas de Família

O Órgão Especial do TJ deliberou, na sessão de 25 de junho, que as Varas de Família de Curitiba, da 5ª a 8ª, terão competência para o cumprimento de Cartas Precatórias dessa matéria.

Por outro lado, em 30 dias a partir da publicação da resolução aprovada, os feitos relacionados a sucessões (arrolamentos, inventários, e outros), que hoje são julgados em Varas Cíveis, passarão para a competência das Varas de Família.

“Seria preciso que todo advogado fosse juiz dois meses por ano e que todo juiz, dois meses por ano, fosse advogado.

Assim, aprenderiam a se compreender e a se desculpar; e se estimariam mais.”

(Piero Calamandrei, Eles, os juízes, vistos por um advogado)

13. Saúde mental do magistrado

Em 19 de junho, cumprindo o deliberado durante os trabalhos do 59º ENCOGE realizado em Foz de Iguaçu-PR, o Corregedor-Geral da Justiça do Paraná, que preside o Colégio de Corregedores, baixou portaria, visando o aperfeiçoamento e melhoria das condições de trabalho no ambiente forense.

Para tanto, designou os Doutores ROBERTO PORTUGAL BACELLAR, Diretor da Escola Nacional da Magistratura; MARIANA VARGAS CUNHA DE OLIVEIRA LIMA, Juíza Auxiliar da Corregedoria do Estado de Pernambuco, GUILHERME DENZ, Juiz Auxiliar da Corregedoria do Estado do Paraná e ANTÔNIO ZOLDAN DA VEIGA, Juiz Corregedor do Estado de Santa Catarina para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão destinada a promover estudos no prazo de 90 (noventa) dias sobre as causas do comprometimento da saúde mental do magistrado e seus reflexos sobre a prestação jurisdicional e demais temas correlatos e propor medidas, ações e políticas preventivas de saúde a serem recomendadas a todos os tribunais estaduais do país.

Veja mais notícias no site do ENCOGE; www.encoge.org



14. Valorização da Magistratura - I

Realizou-se no dia 29 de junho, em Florianópolis, na sede do TRT, uma reunião dos Presidentes e Corregedores dos Tribunais dos Estados da Região Sul, juntamente com Diretores de Escolas Judiciais e de Associações de Magistrados, para buscar soluções no sentido de "Valorização da Magistratura".

O encontro foi coordenado pelo Conselheiro José Lúcio Munhoz, do CNJ e faz parte do programa de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, normatizado pela Resolução nº 70.

Segundo o conselheiro José Lucio Munhoz, coordenador da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do Conselho, responsável pela iniciativa, atualmente a percepção individual dos magistrados é de que não recebem da sociedade reconhecimento correspondente à carga de trabalho que enfrentam, principalmente quando se consideram as metas de produtividade fixadas que precisam alcançar. Participou também o Conselheiro Jefferson Kravchychyn.

A preocupação com a situação dos juízes é tanta que o CNJ chamou um especialista em saúde mental e trabalho, o professor francês Christophe Dejourn, para ajudar na busca de um diagnóstico e uma solução.

Para o especialista, é preciso conciliar a valorização da carreira da magistratura com as metas de produtividade que juízes e desembargadores perseguem atualmente e que estaria provocando um tratamento superficial dos julgamentos por parte de alguns.

Esse é o sentido do Programa que levará o debate a todo o país. O Conselho não quer apresentar uma solução pronta, mas construí-la em conjunto com magistrados e órgãos do Judiciário brasileiro.

Do TJPR participaram o Presidente Miguel Kfour, os Corregedores da Justiça Noeval de Quadros e Lauro Fabrício de Melo, o Dr. Joscelito Cé (Diretor da EMAP) e o Des. Adalberto Xisto Pereira (representando o Presidente da AMB).

Também esteve presente o des. Rogério Coelho, Corregedor do TRE e a assessora de imprensa do TJPR, Marli Camargo Rogacheski.

Na parte da tarde grupos de trabalho elaboraram propostas sobre métodos de avaliação, papel das escolas da magistratura, iniciativas para além dos processos e aprimoramento da comunicação do Judiciário.

O material será compilado e servirá para provocar mais discussões em encontros semelhantes que acontecerão nas demais regiões.

As contribuições para o tema podem ser vistas ou sugeridas no endereço www.cnj.jus.br/valorizacao



15. Presidente da Comissão Permanente de Segurança expede Portaria

O Des. Jorge Wagih Massad, Presidente da Comissão Permanente de Segurança do TJPR, expediu a Portaria nº 01/2012, de 26 de junho de 2012, regulamentando a forma como os pedidos de proteção física dos magistrados e de seus familiares deverão ser formulados, bem como fornecendo os contatos telefônicos para os casos de urgência.

16. Qualidade de vida

Por iniciativa do Corregedor José Renato Nalini, e procurando trabalhar a qualidade de vida dos magistrados e servidores, o juiz Durval Rezende Filho, do TJSP, que exerce a função de Coordenador da Equipe de Correições da Divisão Judicial naquele Estado, no programa “Diálogo com a Corregedoria”, proferiu palestra em 3 de abril sobre “Comportamento e relacionamento”.

No dia 9 de maio, a palestra foi sobre “Atendimento no balcão”. No programa sobre qualidade de vida, promovido pela Corregedoria, no dia 28 de junho, palestrou a Monja Coen, que é budista, falando sobre o tema “Aprecie a vida”.

A audiência média das palestras é de mil pessoas. O conteúdo fica disponível no site da Apamagis.

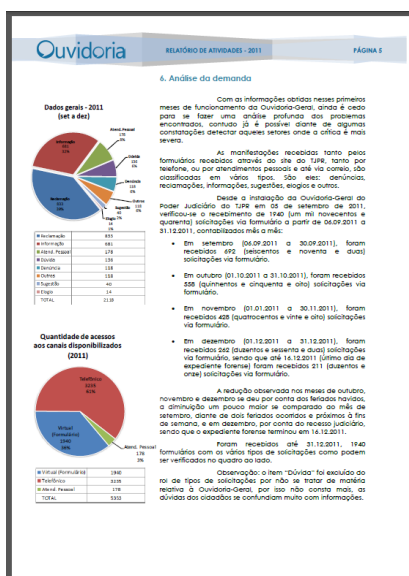
17. Juiz paranaense é convocado para o CNJ

O Juiz Ruy Alves Henriques Filho, Juiz da Comarca de Piraquara, que é doutor em Direito pela Universidade de Lisboa e autor, entre outros, do livro “Processo Constitucional - Aspectos das Decisões Aditivas, Urgências e Oralidade”, foi convidado pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional, Dr. Eivaldo Ribeiro dos Santos (Juiz Federal em Maringá) para auxiliar nas inspeções do CNJ, a pedido da Min. Eliana Calmon.

Atuou em inspeções em Minas Gerais e Roraima, examinando os mais variados serviços judiciais (foros judiciais, extrajudiciais, tribunais, gestão de pessoal e folha, etc), visitando e inspecionando a Comarca de Pacaraima, última ao norte do nosso país.

Foi convidado a permanecer até o final da gestão da Ministra Corregedora Nacional de Justiça, em setembro, auxiliando nos feitos da Corregedoria Nacional em Brasília.





18. Ouvidoria divulga relatório de atividades

Conforme noticiado no site do TJ, no dia 02 de julho próximo passado foi publicado o último relatório de atividades da Ouvidoria relacionado ao ano de 2011.

Oficialmente instalada em menos de um ano, a Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Paraná já vem mostrando agilidade nas respostas e soluções às questões a ela apresentadas. Somente em 2011, registrou-se o recebimento de 1940 solicitações.

Para acessar o documento, clique [aqui](#) ou na imagem ao lado.

19. Conhecendo a Corregedoria

Desde o final do mês de maio, passaram a integrar a equipe de juízes Auxiliares da Corregedoria, os juízes Alexandre Barbosa Fabiani e Guilherme Frederico Hernandez Denz.

O Dr. Alexandre Barbosa Fabiani assumiu como Juiz Substituto em julho de 1991, na seção judiciária com sede em Guarapuava.

Foi Juiz de Direito nas comarcas de Realeza, Curiúva, Campo Mourão, Maringá e Curitiba, e nesta, atuou nas Varas da Fazenda Pública, como substituto da 2ª e 3ª Vara e titular da 1ª Vara.

Atuou ainda no 2º Juizado Especial Cível, e posteriormente, na Turma Recursal Única, pelo período de um ano, como seu Presidente, até outubro de 2008, ocasião em que foi removido para o cargo de Juiz de Direito Substituto em 2º Grau, permanecendo como Substituto fixo da 6ª Câmara Cível, com atuação até ser designado para a Corregedoria, em 12 de junho último.

Foi membro (Direito Eleitoral) da Comissão Examinadora do Concurso Público de 2011 para provimento de cargos de Juiz Substituto.

No próximo boletim, apresentaremos o Dr. Guilherme Hernandez Denz.



20. Calendário de Correições

No mês de **junho**, foram realizadas as Correições indicadas abaixo:

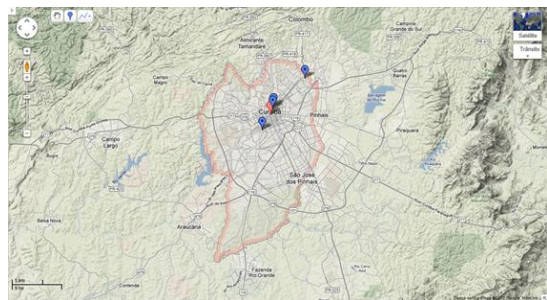
Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Foro Judicial

- 06/06/2012 – 9ª Vara Criminal
- 06/06/2012 – 9ª Vara Cível
- 06/06/2012 – 2ª Juizado Especial Criminal
- 20/06/2012 – 10ª Vara Cível
- 20/06/2012 – 3º Juizado Especial Criminal
- 20/06/2012 – 10ª Vara Criminal

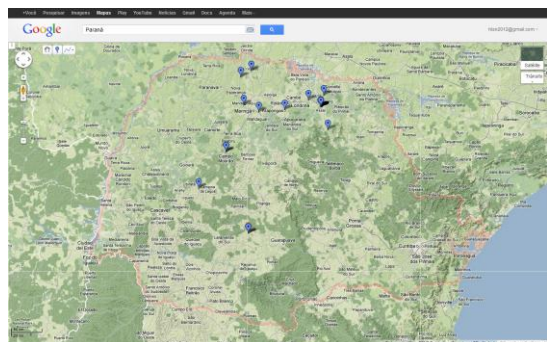
Foro Extrajudicial

- 05 e 06/06/12 – 1º Tabelionato de Protesto
- 19 e 20/06/12 – Serviço Distrital do Novo Mundo



Interior

- 01/06/2012 – Campo Mourão
- 11/06/2012 – Assaí
- 12/06/2012 – Uraí
- 13/06/2012 – São Jerônimo da Serra
- 14 e 15/06/12 – Ibiporã
- 25/06/12 – Colorado
- 26/06/12 – Paranacity
- 27/06/12 – Mandaguaçu
- 28 e 29/06/12 – Sarandi



JULHO 2012						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Para o mês de **julho**, estão previstas Correições indicadas abaixo:

Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba

Foro Extrajudicial

- 10 e 11/07/2012 – 3º Tabelionato de Protesto

“Eu não me envergonho de corrigir os meus erros e mudar as minhas opiniões porque, não me envergonho de raciocinar e aprender.”

(Alexandre Herculano)